



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.^a SL

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2017, pelas 10:25 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 145/XIII/3.^a, relativa à reunião de 13 de dezembro de 2017
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para adiamento do prazo de apresentação de propostas de alteração aos Projetos de Lei n.ºs 495/XIII/2.^a (PSD), 576/XIII/2.^a (PAN) e 577/XIII/2.^a (PAN)
3. Apreciação e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 172/XIII/1.^a (PAN) - Possibilidade de Permissão de Animais em Estabelecimentos Comerciais (altera o DL n.º 10/2015, de 16 de Janeiro), 622/XIII/3.^a (BE) - Autoriza a criação de áreas de permissão a animais em estabelecimentos comerciais (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro), e 623/XIII/3.^a (PEV) - Possibilita a permanência de animais em estabelecimentos comerciais, sob condições específicas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro
4. Apreciação e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.º 582/XIII/2.^a (PCP) - Estabelece um sistema de preços máximos para o Gás de Garrafa e o Gás Canalizado, e 604/XIII/2.^a (PAN) - Estabelece um sistema de preços máximos no sector do gás comercializado em garrafa ou canalizado, butano ou propano
5. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 97/XIII/3.^a (GOV) - Define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.^a SL

6. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 875/XIII/2.^a (PSD) - Recomendação ao Governo para a realização urgente de um estudo sobre as implicações para a economia portuguesa da saída do Reino Unido da União Europeia

7. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 590/XIII/2.^a (PSD) - Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços tendo em vista a recuperação e valorização da Fortaleza de Peniche

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1082/XIII/3.^a (BE) - Recomenda ao Governo que crie uma nova classe de veículos para aplicação das tarifas de portagem, correspondente exclusivamente a motociclos

9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 817/XIII/2.^a (PSD) - Construção imediata do IC35 entre Penafiel e Entre-os-Rios

10. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 145/XIII/3.^a, relativa à reunião de 13 de dezembro de 2017

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração a ata n.º 145/XIII/3.^a, relativa à reunião de 13 de dezembro de 2017, bem como a ata n.º 146/XIII/3.^a, relativa à reunião realizada no fim do plenário do dia 13, posteriormente distribuída com a restante documentação da reunião, que submeteu à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.ª SL

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para adiamento do prazo de apresentação de propostas de alteração aos Projetos de Lei n.ºs 495/XIII/2.ª (PSD), 576/XIII/2.ª (PAN) e 577/XIII/2.ª (PAN)

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) enquadrou o pedido de adiamento, na sequência das audições de Peticionários e das audições no âmbito dos Projetos de Lei em análise, o que levaria ao aprofundamento de algumas questões, no sentido de esclarecer se

- se trata de alterar a transposição da Diretiva comunitária, ou de seguir a recomendação do Provedor de Justiça
- estão em causa qualificações académicas dadas pelas Universidades ou só qualificações profissionais, da competência das ordens profissionais,

explicando a complexidade quanto aos Agentes Técnicos de Arquitetura e Engenharia e à Ordem dos Engenheiros.

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) disse entender o pedido de adiamento, mas notou que este problema está esclarecido há muito tempo com todas as questões identificadas, o que levaria à votação agora.

No entanto, se houver consenso, disse aceitar um adiamento que seja curto.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu-se à posição do PSD, mas que não seria necessário votar o requerimento para não partidarizar o assunto, e deu assentimento.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) disse não entender a posição do PSD, recordando as posições dos Engenheiros Técnicos e de algumas Ordens, e considerou que o requerimento do PS é razoável e pode ser votado.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) disse compreender os argumentos do PSD, pedindo maleabilidade nesta matéria em que surgiram questões de alta tecnicidade, comprometendo-se a apresentar proposta de alteração no final do prazo.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão enquadrou o requerimento ou pedido de adiamento do PS, notando que esta matéria já é toda bem conhecida, mas que se o PS entende haver matéria nova admite o adiamento, em diálogo com o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) sobre o uso do requerimento, após o que se gerou consenso para o adiamento até 19 de Janeiro próximo.

3. Apreciação e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 172/XIII/1.ª (PAN) - Possibilidade de Permissão de Animais em Estabelecimentos Comerciais (altera o DL n.º 10/2015, de 16 de Janeiro), 622/XIII/3.ª (BE) - Autoriza a criação de áreas de permissão a animais em estabelecimentos comerciais (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro), e 623/XIII/3.ª (PEV) - Possibilita a permanência de animais em estabelecimentos comerciais, sob condições específicas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) pediu o adiamento deste ponto para a próxima reunião, o que não suscitou objeção.

4. Apreciação e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 582/XIII/2.ª (PCP) - Estabelece um sistema de preços máximos para o Gás de Garrafa e o Gás Canalizado, e 604/XIII/2.ª (PAN) - Estabelece um sistema de preços máximos no sector do gás comercializado em garrafa ou canalizado, butano ou propano

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) pediu o adiamento deste ponto para a próxima reunião perante audições que irá requerer, o que não suscitou objeção.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.ª SL

6. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 875/XIII/2.ª (PSD) - Recomendação ao Governo para a realização urgente de um estudo sobre as implicações para a economia portuguesa da saída do Reino Unido da União Europeia

Não tendo havido sugestões de alteração à informação, o Senhor Presidente informou que a mesma seria enviada à Mesa da Assembleia da República, para que o projeto de resolução pudesse ser votado.

7. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 590/XIII/2.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços tendo em vista a recuperação e valorização da Fortaleza de Peniche

Não tendo havido sugestões de alteração à informação, o Senhor Presidente informou que a mesma seria enviada à Mesa da Assembleia da República, para que o projeto de resolução pudesse ser votado.

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1082/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que crie uma nova classe de veículos para aplicação das tarifas de portagem, correspondente exclusivamente a motociclos

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou, em síntese e nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 1082/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que crie uma nova classe de veículos para aplicação das tarifas de portagem, correspondente exclusivamente a motociclos.

Recordou o pedido dos Peticionantes ouvidos e rejeitou a posição da Associação de Concessionários de diminuição das receitas, porque as medidas propostas apontam para um aumento, conforme experiências análogas, nomeadamente em SCUTs.

Concluiu com a defesa da correção da injustiça existente nesta matéria.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) disse não ter objeção ao Projeto de Resolução. Recordou anteriores pronunciamentos da Assembleia da República no mesmo sentido agora proposto, há 4 anos, propostos pelo PCP e outra alteração similar do PCP aprovada no OE para 2018.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) recordou petição e que o PS tinha remetido para o grupo de trabalho do Governo.

Acompanhou a iniciativa do BE, explicando.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) recordou vários Projetos de Resolução, incluindo do PSD, aprovados na Assembleia da República, inclusive com criação de grupo de trabalho do Governo, mas notou que perante a alteração do OE para 2018 este Projeto de Resolução é redundante.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) recordou que o Projeto de Resolução entrou antes da discussão do OE para 2018 e na sequência da petição mencionada com pretensões de cidadãos a merecer satisfação.

Neste momento, gerou-se diálogo entre

o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que retificou ter a proposta de alteração do PCP do OE para 2018 sido rejeitada,

o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) que considerou que tal não altera a necessidade do Projeto de Resolução, e

a Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) que manteve que não faz grande sentido que os Grupos Parlamentares que suportam o governo andem a apresentar projetos de resolução, quando sabem que os seus parceiros políticos não lhes dão apoio ou quando sabem que o governo que apoiam não lhes dá seguimento, e que apresentar projetos nestas circunstâncias significa demagogia perante as pessoas, e reafirmou que não querem agravamento de custos para o Estado resultantes de negociações com as concessionárias.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.ª SL

9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 817/XIII/2.ª (PSD) - Construção imediata do IC35 entre Penafiel e Entre-os-Rios

O Senhor Deputado Luís Vales (PSD) apresentou o projeto de resolução nos seus termos resolutivos e lembrou que há cerca de um mês o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas anunciou que iria solicitar um estudo prévio para a segunda fase do IC35 sem antes começar a obra entre Penafiel e Rãs. Referiu que esta era uma promessa não cumprida de outros Governos socialistas e que uma das primeiras decisões deste Ministro foi congelar a adjudicação do concurso para a realização do primeiro troço do IC35. Deu conta do impacto negativo desse facto nas populações do Vale do Sousa e do Baixo Tâmega, tanto pela perda de competitividade como pela falta de alternativas a esta via. Argumentou que o anterior Governo tinha revisto o traçado e avançado com o concurso de empreitada, mas o atual Governo congelou toda essa obra. Referiu também os anúncios que o Governo vai fazendo de que se irá avançar para a concretização da empreitada mas nada acontece. Concluiu, lembrando que a Assembleia da República já aprovou por unanimidade um projeto de resolução para a conclusão desta obra e nada aconteceu e dando conta dos termos resolutivos da iniciativa em apreço.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Fernando Jesus (PS) e Heitor de Sousa (BE).

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu os termos da Resolução da Assembleia da República n.º 149/2015, publicada no Diário da República de 29 de dezembro, tendo lembrado que a mesma tinha sido aprovada com votos a favor do PS, do BE, do PCP, do PEV e do PAN e votos contra do PSD e do CDS-PP.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) lembrou que o IC35 é um tema recorrente há muitos anos, que a concessão foi suspensa em 2009, por pressão dos Deputados do PSD para que o Governo parasse com os investimentos públicos. Reconheceu a

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.ª SL

importância da obra e lembrou que o Governo anterior apenas lançou um projeto para 2,5 km de obra, que foi chumbado pelo estudo de impacto ambiental, razão que levou o atual Governo a suspender essa obra. Concluiu afirmando que todo o projeto estava a ser reformulado, bem como todo o traçado até Entre-os-Rios.

Pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) foi afirmado que concordava com a Resolução já aprovada pela Assembleia da República, a favor da qual votou, e que o projeto de resolução em apreciação era redundante em relação à mesma.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Luís Vales (PSD), para referir que o PCP e o BE apresentam e fazem aprovar resoluções que depois o Governo que apoiam não respeita. Afirmou também que, pela discussão havida, parecia que nada tinha existido, que não tinha existido uma bancarrota. Concluiu, afirmando que os grupos parlamentares que não votarem a favor desta iniciativa estão a pactuar com o que o Governo está a fazer, que iniciou funções há mais de dois anos e até agora nada fez pelo IC35.

5. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 97/XIII/3.ª (GOV) - Define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou a posição do PS de apoio à Proposta de Lei n.º 97/XIII/3.ª (GOV) - Define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo, que não carece de alterações, não tendo sido apresentadas propostas.

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) considerou que a Proposta de Lei n.º 97/XIII/3.ª (GOV) não suscita grandes questões, independentemente de importantes questões quanto à transposição da Diretiva comunitária, referindo a transferência de pequenas quantias, assunto que está a merecer a atenção do PSD.

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.^a SL

O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) referiu-se à Proposta de Lei que completa a moldura das coimas e penal.

O Senhor Presidente da Comissão colocou a Proposta de Lei n.º 97/XIII/3.^a (GOV) à votação na especialidade, tendo sido aprovada com os votos a favor do PS, do BE e do PCP e as abstenções do PSD e do CDS/PP.

10. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão informou que:

- o o Senhor Coordenador do Grupo de trabalho dos projetos de lei sobre publicidade de produtos alimentares, Deputado Carlos Silva (PSD) remeteu a conclusão dos trabalhos para o próximo mês de Janeiro;
- o na sequência de requerimento do PSD, solicitou ao Governo o envio das conclusões e recomendações do inquérito sobre o incêndio no Túnel do Marão aberto pelo SE da Administração Interna, ou a informação sobre a data em que estas conclusões e recomendações do inquérito serão disponibilizadas aos Deputados, ou as informações até agora disponíveis bem como as medidas já aplicadas para evitar situações semelhantes, tendo
- o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referido o método de solicitação de informação pelos Grupos parlamentares.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) apresentou, nos seus termos, o requerimento do PS para que a audição do Conselho de Administração dos CTT seja realizada ainda durante 2017, concluindo pela audição do Conselho de Administração dos CTT antes de outras entidades, em diálogo com

o Senhor Presidente da Comissão que ponderou manter a ordem anterior das audições,

o Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) que referiu o PS ter feito requerimento semelhante na Comissão de Trabalho, ponderando uma só audição conjunta, e



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.ª SL

o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) que acompanhou a anterior intervenção do PSD.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) colocou a audição na Comissão na ótica do Serviço Público e não na da Comissão de Trabalho, em diálogo com o Senhor Presidente da Comissão sobre a urgência agora requerida, mas concluindo na audição, pela ordem anterior, no início de Janeiro, ou conjunta com a Comissão de Trabalho ainda esta semana.

A reunião foi encerrada às 11:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 dezembro 2017.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 147/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Maria Adelaide Ribeiro
Paulino Ascensão
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Ricardo Bexiga
Ascenso Simões
Carlos Silva
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo
Hortense Martins
Luís Campos Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Pedro Mota Soares